

Boaventura de Sousa Santos

Porque me demiti do CES

Parte 2

Fui uma das últimas pessoas a ser ouvida pela Comissão Independente neste processo, em 4 de dezembro de 2023. Não sei se foram comunicadas alegações específicas contra mim à CI, no entanto, nas perguntas que me foram colocadas pelos membros da comissão, não foram feitas alegações específicas contra mim. Apenas me foram feitas perguntas de carácter geral, pelo que apenas tive conhecimento de duas acusações feitas na imprensa contra mim com base no capítulo difamatório, que entretanto (em setembro) a editora Routledge retirou de circulação e ordenou a retirada de todos os livros não vendidos.

Estava previsto que o CI apresentasse o seu relatório em 31 de dezembro de 2023, mas em 18 de dezembro foi anunciado que o CI precisaria de mais dois meses para o concluir. **A publicação do relatório do CI teve lugar a 13 de março e interpretei-o como o fim de um processo longo e doloroso.** O IC era composto por quatro mulheres e um homem. No final do processo de investigação das alegações, 14 pessoas, 9 das quais mulheres, tinham sido acusadas. No entanto, **o CI não acusou nenhuma das pessoas denunciadas de infracções penais ou graves.**

Nas suas conclusões, o CI observa que: *"verificou-se que as versões apresentadas por vários queixosos e por vários denunciados eram, em muitos casos, incompatíveis entre si, o que impossibilitou, nesses casos, a apreciação das respectivas provas";* que *"a documentação apresentada e as audições efectuadas, quer dos queixosos, quer dos denunciados, não permitiram esclarecer, sem margem para dúvidas, a existência ou não de todas as situações reportadas ao CI";* e ainda que *"a documentação fornecida por alguns dos denunciados e por alguns dos queixosos revela informação detalhada que inclui trocas de correspondência e outros documentos, localizados no espaço e no tempo, que são consistentes e coerentes com os relatos dos queixosos".*

É importante notar, além disso, que o IC nunca utilizou o termo "vítimas", utilizando sempre os termos "queixosos" e "pessoas".

A utilização do primeiro termo implica o pressuposto de que as pessoas que acusam são, de facto, vítimas, e que as pessoas que são acusadas são, de facto, autoras de crimes.

No entanto, **contrariamente a este entendimento, minutos antes da publicação do relatório do CI, a direção e o Conselho Científico do CES emitiram uma carta de desculpas às vítimas:**

A direção do CES dirige um pedido público de desculpas a todos aqueles que se consideram vítimas de assédio ou de abuso no contexto das actividades do CES, quer tenham ou não testemunhado perante a Comissão Independente, pela experiência que viveram, pelo sofrimento pessoal que lhes causaram e pelo silêncio a que foram sujeitos no seio do CES.

Este pedido de desculpas é ainda mais sentido se tivermos em conta que estas pessoas se encontraram nesta posição de vítimas numa instituição que sempre procurou combater as desigualdades e injustiças e tornar visível a posição das pessoas em situação de vulnerabilidade, quer devido a estruturas globais e históricas de poder, económicas, sociais e de género, quer a formas privadas de relacionamento interpessoal.

(...)

Não temos, portanto, a certeza de tudo o que aconteceu, quando e como, mas sabemos que os testemunhos foram validados pelo CI.

Se é verdade que as situações relatadas resultaram de acções individuais, sobre as quais tomaremos medidas, são também o resultado de falhas institucionais que, na ausência de mecanismos adequados de prevenção do assédio, permitiram condições para a ocorrência de formas de abuso de poder.

(...)

Agradecemos a todos os que testemunharam perante a Comissão Independente e aos membros da Comissão pelo trabalho exigente que realizaram e pela porta que abriram para que o CES possa reconhecer as suas falhas, pedir desculpa e procurar formas de renovação que garantam a prevenção de futuras situações de abuso e assédio.

Qualquer que tenha sido a intenção das entidades ao publicarem uma carta que contradizia diretamente as conclusões do IC, o facto é que **a carta foi entendida nacional e internacionalmente como uma confirmação de que o relatório do IC corroborava a versão dos acontecimentos** apresentada pelas alegadas vítimas, no que me dizia respeito.

De facto, por causa dessa carta, o *Times Higher Education Supplement* de 15 de março de 2024, através de uma publicação na rede social "X", anunciou que as alegações de assédio contra mim tinham sido confirmadas: "A @UnivdeCoimbra de Portugal emitiu um pedido de desculpas público a "pessoas que se consideram vítimas de assédio ou abuso" na instituição, depois de terem sido levantadas alegações de má conduta sexual num livro que se tornou o centro de uma controvérsia editorial". E a 27 de março fui demitido do Tribunal Universal dos Direitos da Natureza, que ajudei a fundar, com um documento que ficará na história dos processos inquisitoriais naturalizados pelo #MeToo. Este documento é ilustrativo de como **na democracia atual é possível transformar alegações não provadas em condenações "baseadas em provas"**. Isso acontece especialmente em ONGs internacionais financiadas pelo Norte Global (principalmente os EUA).



TRIBUNAL
ORGANIZAÇÕES
INTERNACIONAIS
DE CONSERVAÇÃO
DA NATUREZA

Quito, 27 de março de 2024

DECLARAÇÃO PÚBLICA:
DESTITUIÇÃO DE BOAYENTURA DE SOUSA SANTOS COMO JUIZ DO TRIBUNAL DE
ÉTICA DO DIREITO NATURAL

Em abril de 2023, foi tornada pública uma alegação de má conduta sexual na academia de Boaventura de Sousa Santos sobre antigos professores que trabalharam com ele no CES, na Universidade de Coimbra. Depois disso, seguiram-se outras alegações de assédio sexual.

No artigo "The walls spoke when no one else did" publicado no livro "Sexual misconduct in the academy" da editora Routledge, agora CC-BY-NC-ND, é exposta a má conduta sexual de três ex-alunas que denunciaram o "professor estrela" por factos ocorridos entre 2011 e 2019, no CES. São elas Lieselotte Viacne, Catarina Lorangeim e Miye Nadja Tom, autoras do artigo e das histórias que contam como ele pediu para aprofundar a relação em troca do apoio deste prestigiado académico.

Na sequência da publicação, outras mulheres denunciaram-no; a deputada brasileira Bella Gonçalves, que afirmou: "Sou uma das mulheres que foram vítimas de assédio sexual por parte deste homem, que era um antigo consultor de investimentos da doclomi. Depois de anos de silêncio e de muita dor, chegou a altura de sarar".

Por último, a ativista e provedora mapuche da Argentina, Moira Millan, também o denunciou*, tendo vivido uma situação de assédio e abuso em 2017.

* <http://www.publico.es/mujer/mujer-portuguesa-boaventura-santos-sexual-decaduado>

* <https://www.ck12.org/violencia-a-mulher/teaga-dcauncier-banavventura-sousa-santos-1-tombre->

esperança://www.intel.com/cultura/2023/04/01/boaventura-santos-jen-catgo-o-s-denin'c
xi:-text-En-Z "20redesv "20sorinles%2C' 20ln-Z+20activ' 'usiici ' 20el 20mundo
[%E2%80%9D](#)

Entretanto, 250 personalidades do mundo académico assinaram uma carta de apoio aos três autores acima referidos, que foi amplamente divulgada e intitulada "Todos sabemos".

Boaventurø respondeu a estas alegações dizendo que se tratava de difamação e vingança pessoal e institucional. Em resposta, um grupo de mulheres que trabalhou com o professor no CES afirmou que não se tratava de "difamação ou vingança: foi sempre assédio". O grupo contou à Pública dois casos de assédio sexual. Segundo eles, numa conversa privada, Bonaventura disse a uma investigadora que podiam "ter uma relação especial" e que "quando ele olha para as pernas dela, sente nojo". Noutro caso, afirmam que o professor mencionou o corpo e os piemas da investigadora numa comunicação por correio eletrónico. "A investigadora que foi assediada por e-mail recebeu 'forte assédio moral e seu trabalho foi desqualificado' por não ceder aos ataques", alega o coletivo. Os investigadores referem que as práticas abusivas do professor, e das pessoas com autoridade legitimada por ele, afectaram tanto homens como mulheres; "mas as mulheres foram desproporcionalmente afectadas pela sobrecarga de trabalho, pelas exigências excessivas e pela frequência com que o seu trabalho era menosprezado. Os pedidos domésticos eram dirigidos aos investigadores, tais como pedir que lhes fosse servido um café ou que lhes fosse assegurada comida e água durante as deslocações", diz outra parte da carta.

Um dos colaboradores mais próximos de Boaventura, Bruno Sena Martins, foi também denunciado. Ambos foram suspensos dos seus cargos, pelo menos na altura.

Note-se que o CLACSO suspendeu todas as actividades previstas com o sociólogo. Numerosos centros académicos manifestaram uma posição crítica em relação a Boaventurø de Sousa Santos.

Estas questões constituem a base da nossa argumentação:

1} Não se trata de um comportamento casuístico ou de factos isolados, que podem ocorrer num encontro íntimo entre duas pessoas. Trata-se de situações de abuso e assédio sexual que ocorreram num contexto de trabalho (a Universidade), que se insere numa relação de desigualdade estrutural entre os/as estudantes de tese e o/a seu/sua orientador/a de tese (com excepção do caso de Millan, embora esta situação tenha ocorrido no contexto de um convite aos activistas Mapuche para o CES). Este quadro de assimetria aumenta a vulnerabilidade das alunas.

2} A isto acresce o receio de fazer a denúncia, dadas as evidentes relações de poder entre o autor da tese e o autor, e o destinatário da mesma, uma vez que se trata de um professor com grande conhecimento internacional, vocação para a epistemologia do sul e para a esquerda académica, com grande projeção, sobretudo na América Latina. As denúncias apontam para a indiferença e mesmo cumplicidade das instituições académicas, que tendem a definir figuras conhecidas do mundo académico - o que também se aplica a outros campos da cultura, da política, etc. - como "intocáveis", endossando assim, direta ou indiretamente, a impunidade da situação.

3) Os queixosos e as numerosas declarações de solidariedade que receberam salientam a "falta de protocolos" e a pouca atenção dada pelos centros académicos para evitar este tipo de situações, que durante muito tempo foram consideradas "normais", no quadro de um modelo académico patriarcal que ainda hoje domina. Acrescenta que a ausência de protocolos favorece este tipo de abusos de poder em relação aos investigadores que dependem da aprovação destas pessoas para construir uma carreira académica.

4} Certamente, é no contexto do avanço das lutas feministas que esta situação, segundo Boaventura, vem a lume, num contexto de desdramatização de condutas ética e academicamente aberrantes. Além disso, as denúncias contra de Sousa Santos não se referem a factos ocorridos há muitas décadas, mas sim a datas próximas do presente; entre 2011 e 2019 (no caso das duas primeiras denúncias), 2014 (no caso da investigadora brasileira), e 2010, no caso da referência mapuche.

Sabemos que não é fácil, que é muito doloroso. Trata-se de um intelectual que todos nós conhecemos e reconhecemos, que foi muito importante para a nossa formação, para as nossas posições intelectuais e políticas. Não nos propomos deitar fora o seu pensamento vazio, mas sim sublinhar a sua falta de integridade moral e ética, quer como ser humano, quer como académico de Boaventura.

O Tribunal Internacional para os Direitos da Natureza (TIDN) solicitou e nomeou Boaventura de Sousa Santos como Presidente do Tribunal Local para o Yasuni em abril de 2014, face à ameaça de exploração petrolífera neste Parque Biodiverso Nacional, lar de povos indígenas e povos isolados. A escolha dos juizes do Tribunal baseia-se na sua formação ética e moral. Evidentemente, a participação de Boaventura de Sousa Santos no Tribunal é motivada pela sua notável carreira de sociólogo, escritor, professor, conferencista, filósofo e advogado.

Gostaríamos de salientar que o Tribunal realizou uma Assembleia de Juizes com o objetivo de chegar a um consenso e adotar uma posição comum face às numerosas queixas existentes contra Boaventura de Sousa Santos. A apresentação do processo esteve a cargo de Marisiella Svampa, na qualidade de membro infomunitário do Tribunal.

Com base no acima exposto e no Código de Ética do Tribunal e da Aliança Global para os Direitos da Natureza sobre a questão do assédio e das relações de poder, especialmente considerando que este é um Tribunal ético e face a estas graves alegações, o Tribunal Internacional para os Direitos da Natureza decidiu nomear Boaventura de Sousa Santos como juiz do Tribunal e, por conseguinte, da Assembleia de Juizes da IATN.

Solicitei à Direção que se distanciasse imediatamente desta interpretação incorrecta dos resultados do IC¹. A Direção recusou e, ao fazê-lo, denunciou-se a si própria por ter agido de má fé ao publicar a carta de desculpas. De facto, vários investigadores do CES escreveram uma carta à Direção criticando-a fortemente por ter agido de forma tão unilateral, mantendo-se fiel à narrativa do alegado

¹Seguiram-se outros cancelamentos. Por exemplo, do jornal *Público*, do qual era colaborador regular, mensagem de 15 de abril de 2024

"Caro Prof. Boaventura

A publicação do seu último artigo no Público, quase em simultâneo com a publicação de um relatório sobre os acontecimentos no Centro Económico e Social, transmitiu, ainda que não intencionalmente, a ideia de que o Público o apoiava de alguma forma e à sua posição contra as conclusões do relatório.

Pensamos que este facto não é de todo desejável, o que nos foi assinalado por vários leitores. Por esta razão, pensamos que seria conveniente dar mais tempo antes de publicar um novo artigo seu".

Esta exemplar (e hipócrita) preocupação com a imparcialidade voltou a ser invocada pelo *Público* quando, a 4 de março de 2025, recusou publicar um artigo da conhecida e respeitada professora universitária feminista Isabel Allegro Magalhães, apesar de, nos meses anteriores, vários dos seus colaboradores (Susana Peralta, Carmo Afonso, Joana Amaral Cardoso, Ana Sá Lopes e João Miguel Tavares) terem escrito artigos insultuosos e, nalguns casos, desaforados contra mim. A recusa tem o seguinte teor:

"Apreciámos a proposta, mas chegámos à conclusão de que não temos interesse em publicar o texto. Consideramos que a sensibilidade dos factos em causa e a circunstância de estar em curso um processo judicial exigem especial contenção nos conteúdos a publicar, para evitar que o jornal se transforme num suporte para um concurso de testemunhos favoráveis ou acusatórios, com proclamações de inocência ou imputações de crimes baseadas em mera convicção pessoal e amizade por uma das partes. Publicámos recentemente artigos de opinião defendendo Boaventura de Sousa Santos, é certo, mas alertando para situações concretas, como a alegada injustiça do tratamento judicial e mediático que lhe estava a ser dado, com argumentos concretos.

Esperando que compreendam esta posição e que regressem em breve a este espaço, os vossos melhores cumprimentos".

O artigo de Isabel Allegro Magalhães foi publicado na *Viagem do Argonautas* (<https://aviagemdosargonautas.net/2025/03/05/ainda-o-ces-de-coimbra-por-isabel-allegro-de-magalhaes/>) a 5 de março e, a 25 de março, em *Notícias de Coura*. Foi também rejeitado pelo *Expresso* e pelo *Diário de Coimbra*.

vítimas, sem se preocupar com a existência de outras narrativas, nem com o prejuízo que isso causaria aos investigados, nomeadamente a mim, à Maria Paula Meneses, que já estava em processo de depressão, e ao Bruno Sena Martins.

A má-fé e o abuso da legalidade, do processo equitativo e da presunção de inocência não se ficaram por aqui. **Pouco depois de o relatório do IC ter sido conhecido, informei a direção da minha decisão de pôr termo à minha auto-suspensão**, uma vez que a minha decisão se destinava a facilitar o trabalho do IC, que já tinha sido concluído. A comunicação foi aceite, mas, contrariamente ao que seria de esperar nos termos da lei, **os meus alunos não foram informados de que a minha auto-suspensão tinha terminado** e que, por conseguinte, podiam voltar a ser supervisionados por mim.

Em 20 de março de 2024, foi publicada uma sexta carta de um "coletivo de vítimas", assinada por 13 queixosos que renunciaram ao seu anonimato, uma carta gravemente insultuosa que apelava à instauração de processos disciplinares e judiciais e à expulsão dos investigadores acima referidos.

Por outro lado, circulava há algum tempo nas redes #MeToo que as alegadas vítimas não aceitariam outra decisão do TC que não fosse a minha condenação. Em consequência, **jornalistas de vários jornais e revistas (por exemplo, a *Sábado*) contactaram os meus antigos alunos e até a minha empregada para saber se alguma vez tinham sido assediados sexualmente por mim**. A julgar pelos resultados, as respostas foram sempre negativas e, quando a inquirida se oferecia para contar a sua experiência durante o período em que estudou sob a minha orientação, a resposta era inevitavelmente "não é relevante para a história". Por esta razão, os queixosos começaram a desconfiar do IC e a pensar que era necessária uma comissão paralela. A seguinte mensagem no Facebook, de 23 de dezembro de 2023, é uma expressão desta situação²

²Numa mensagem no Facebook, datada de 23 de setembro de 2023, esta pessoa queixou-se de que "posso dizer que fui vítima de bullying e de poder.... Conheço bem o BSS, ele foi meu orientador no mestrado e no doutoramento". Apesar do bullying e da usurpação de poder, que, segundo ela, já tinham ocorrido durante o mestrado, não a dissuadiram de procurar a minha orientação durante o doutoramento, nem de lançar, após o doutoramento, um livro meu em Moçambique....



Isabel Maria Casimiro

Vamos ver o que faz a comissão criada,
se é que consegue trabalhar
Felizmente há um grupo paralelo a
entrevistar gente afectada ..

23 min Gosto Responder

**Vamos ver o que vai fazer a comissão que foi criada, se pode funcionar... Felizmente, existe um grupo paralelo para entrevistar as pessoas afectadas.*

Essa carta provocou uma onda de indignação entre os meus antigos alunos, Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins. Uma das mais eloquentes foi a do Professor Benjamim Xavier de Paula, que publicou a seguinte mensagem em 26 de março de 2024:

Agora que as coisas estão mais claras:

1) "UMA MULHER NEGRA AFRICANA ACUSADA DE ASSÉDIO SEXUAL E RACISMO CONTRA MULHERES BRANCAS EUROPEIAS"?

2) Quem é o verdadeiro alvo: Boaventura de Souza Santos ou Maria Paula Menezes?

3) No CES, seria possível derrubar Maria Paula Menezes, uma mulher negra africana, sem antes derrubar Boaventura de Souza Santos, que a defenderia com a própria vida? Conheço a estrutura do CES e as pessoas envolvidas nesse episódio e, como pesquisadora negra, vejo a acusação contra Maria Paula Menezes com muita desconfiança, para dizer o mínimo. Para quem não a conhece, Maria Paula Menezes é uma mulher, negra e africana (moçambicana), a única negra entre centenas de investigadores brancos, e sempre foi a verdadeira diretora de facto do CES, responsável pela consolidação desta instituição como um dos principais centros de investigação do mundo. Nunca foi exposta publicamente, porque esse papel sempre correspondeu a Boaventura Souza Santos, uma figura pública do CES. Quem conhece Maria Paula Menezes sabe que a posição que sempre ocupou no CES se deve à sua competência e liderança académico-científica, aliada ao apoio incondicional que sempre recebeu de Boaventura de Souza Santos na liderança do CES: enquanto Boaventura era a figura externa que aparecia, Maria Paula sempre foi a figura interna que representava de facto o que era o CES enquanto instituição. É importante notar também que Bruno Senna Martins é um homem que se declara negro, é também africano (cabo-verdiano) e sempre foi muito próximo de Maria Paula Menezes e, portanto, também protegido por Boaventura de Souza Santos.

Tendo em conta o que precede, pergunto-me se Boaventura de Souza Santos ou Maria Paula Menezes (mulher negra africana) e Bruno Senna Martins (negro africano) são os verdadeiros alvos das alegações de assédio sexual e racismo no CES. O assédio sexual e o racismo são muito graves, no entanto, quando uma mulher negra africana é acusada de cometer assédio sexual e racismo contra mulheres brancas europeias [e brasileiras],

Não seria o mesmo que acusar um negro de ter cometido racismo contra um branco?

Quem estuda o racismo, o sexismo e as relações de raça e género sabe muito bem o que representa a tese do "racismo invertido", que não é mais do que a violência racial ao serviço da branquitude. Nesta mesma linha de entendimento, poderá haver um "sexismo invertido" em que uma mulher negra africana, no meio de centenas de mulheres brancas e homens brancos europeus e detentores dos privilégios da branquitude, é então culpada, por ser mulher e negra, de práticas de assédio sexual e racismo para com as mulheres brancas europeias? Será que o facto de usar uma mulher indígena latino-americana como O "bode expiatório" destas alegações poderia atenuar as provas que são agora mais evidentes aos olhos do mundo?

Em suma: assédio sexual e racismo são crimes graves que não podem ser admitidos em hipótese alguma, mas acusar uma mulher negra africana, que ocupa um lugar de poder limitado no espaço da branquitude racista europeia, é no mínimo bizarro e deveria ser motivo de desconfiança e investigação para todos nós. Pode ser a evidência de uma conspiração da "baixa hierarquia" da instituição para afastar o suposto núcleo de poder - Maria Paula Menezes/Boaventura de Souza Santos - em nome da crença de que poderiam ocupar o lugar que "acreditam ser seu por direito" [da branquitude] e que, nesta situação específica, está nas mãos de uma mulher negra e africana. Estas revelações são ainda mais preocupantes quando se trata de uma das instituições europeias mais prestigiadas do mundo: o CES, e não é tarde para recordar o que aconteceu recentemente com a primeira mulher negra a tornar-se chanceler da Universidade de Harvard, e para concluir com uma metáfora grega: estará a história a repetir-se como uma nova tragédia [negra]?

Prof. Dr. Benjamin Xavier de Paula (pós-doutorando no CES/UC).

Entre os signatários da sexta carta encontravam-se várias investigadoras do CES que dispunham de órgãos internos para apresentar queixas. Em vez disso, utilizaram uma carta que foi amplamente difundida em Portugal e no estrangeiro. Esta carta revelava, entre muitas outras coisas, dois factos que confirmavam todas as suspeitas que eu tinha acumulado ao longo do ano sobre a má fé da Direção e de alguns investigadores. Por um lado, não foi instaurado qualquer processo disciplinar contra os signatários, que eram membros efectivos da instituição e, portanto, sujeitos aos estatutos do CES. Por outro lado, **ficou demonstrado que nem os queixosos nem os órgãos diretivos do CES estavam interessados em conhecer a verdade,** pois estavam

cúmplice de acusações em contextos que violam a presunção de inocência e todas as garantias processuais do Estado de direito.

Perante a carta dos treze signatários, pensei que tinha finalmente essa oportunidade. **Solicitei à Direção que me desse acesso às declarações prestadas ao IC pelos queixosos que tinham quebrado o anonimato.** Mais uma vez, a Direção recusou dar-me os meios para me defender. Em 7 de maio de 2024, entrei com uma ação judicial de entrega de documentos, pedindo ao tribunal que obrigasse a direção do CES a entregar-me os documentos que, na minha opinião, me permitiriam - finalmente! defender-me, e que (talvez por essa razão) a direção se recusava a entregar-me. Em 27 de maio, a direção, através dos seus advogados, contestou o pedido. Desde 10/09/2024, data da última sessão do julgamento, estou à espera da decisão do juiz.

Em resposta à sexta carta, a direção abriu um inquérito por um grupo de juristas contratados pela direção. Por que razão não se procedeu do mesmo modo no início da difamação do CES, que demorou quatro meses a criar o CI? **Apesar de não ter qualquer garantia de imparcialidade**, tive uma reunião com os advogados em 29 de julho de 2024. Esperava que, após 16 meses de linchamento público, as alegações me fossem transmitidas por escrito para que me pudesse defender eficazmente. Sempre sublinhei que, neste processo, **eu era a pessoa mais interessada em conhecer a verdade e ajudá-la a prevalecer.** Os advogados, sem dúvida obedecendo a um mandato que ninguém no CES conhece, recusaram-se a fornecer-me as alegações por escrito.

Eis o registo do que aconteceu:

Ata da reunião de 29 de agosto

No dia 29.08.2024, pelas 14:00 horas, compareceram o Professor Boaventura de Sousa Santos e os seus ilustres representantes, Srs. ..., numa reunião realizada nas instalações dos instrutores do processo de averiguações preliminares em curso, os quais, recusando-se a prestar de imediato declarações orais sobre as acusações que os investigadores estavam prestes a fazer-lhes, solicitaram o seguinte:

"Tendo solicitado a presença do Professor Boaventura de Sousa Santos para prestar declarações sobre as acusações que lhe são feitas por pessoas cuja identidade é desconhecida e cujo conteúdo ainda menos lhe é conhecido, solicitámos a identificação das pessoas que denunciaram ofensas de qualquer natureza contra o professor, bem como a descrição dos actos ilícitos de que é acusado.

Neste sentido, o Professor Boaventura de Sousa Santos está disponível para colaborar com a investigação logo que lhe sejam fornecidos os elementos acima referidos: a identidade dos queixosos e os factos de que é acusado.

A dimensão e a sensibilidade das acusações que têm vindo a público são particularmente graves, o que exige do Professor Boaventura de Sousa Santos não só uma resposta eficaz, um esclarecimento cabal dos factos, a defesa que lhe compete, mas também a informação aos investigadores de toda a verdade sobre o que possa ter acontecido e em relação a cada acusação que lhe é feita e a cada queixoso que encontra.

Solicita-se agora formalmente a Vossa Excelência que lhe comunique por escrito a identidade e os factos alegados por cada um deles.

Sem essa identificação, o Professor Boaventura de Sousa Santos fica impedido de se defender efetivamente e de colaborar com a investigação.

Os investigadores deixaram claro que os esclarecimentos solicitados neste processo seriam naturalmente precedidos de uma descrição pormenorizada dos factos imputados ao Professor Boaventura de Sousa Santos, sem que em momento algum tenham impedido a sua divulgação verbal.

Em 9 de setembro, os meus advogados enviaram a seguinte mensagem aos advogados do CES:

Tal como vos foi comunicado, reiteramos o seguinte:

- 1. O Professor Boaventura de Sousa Santos não só tenciona testemunhar, como deseja vivamente fazê-lo.*
- 2. No entanto, para o fazer eficazmente, como é seu direito, precisa de recolher elementos essenciais para ajudar a própria investigação.*
- 3. Para o efeito, é necessário notificar previamente, por escrito, a identidade dos queixosos e o conteúdo específico das queixas e acusações.*
- 4. Tendo em conta as razões acima expostas, solicita-se novamente a notificação dos elementos essenciais acima referidos.*

Em 13 de setembro, os advogados do CES encerraram o processo:

Caro colega:

Acusamos a receção da sua mensagem eletrónica, pelo que lhe agradecemos.

Registamos que o Professor Boaventura de Sousa Santos reitera que não pretende prestar esclarecimentos nos termos definidos pelos instrutores do processo, nem ser confrontado, presencialmente, com os factos que lhe são especificamente imputados, nem com a identidade dos respectivos queixosos.

Neste contexto, mantemos a posição que já transmitimos e estamos agora a acompanhar o processo e o seu posterior tratamento.

Com os melhores cumprimentos

No mesmo dia, os meus advogados voltaram a insistir, sem sucesso:

Caro colega

Por favor, não insista na mesma coisa.

O que está em causa, EXCLUSIVAMENTE, é a proibição da defesa, não a vontade de não testemunhar.

Vossa Excelência pode insistir quantas vezes quiser na tese da recusa de testemunhar, mas SABE QUE É FALSA.

É evidente que as consequências desta amputação de um direito fundamental serão tiradas, venha de quem vier.

Com os melhores cumprimentos

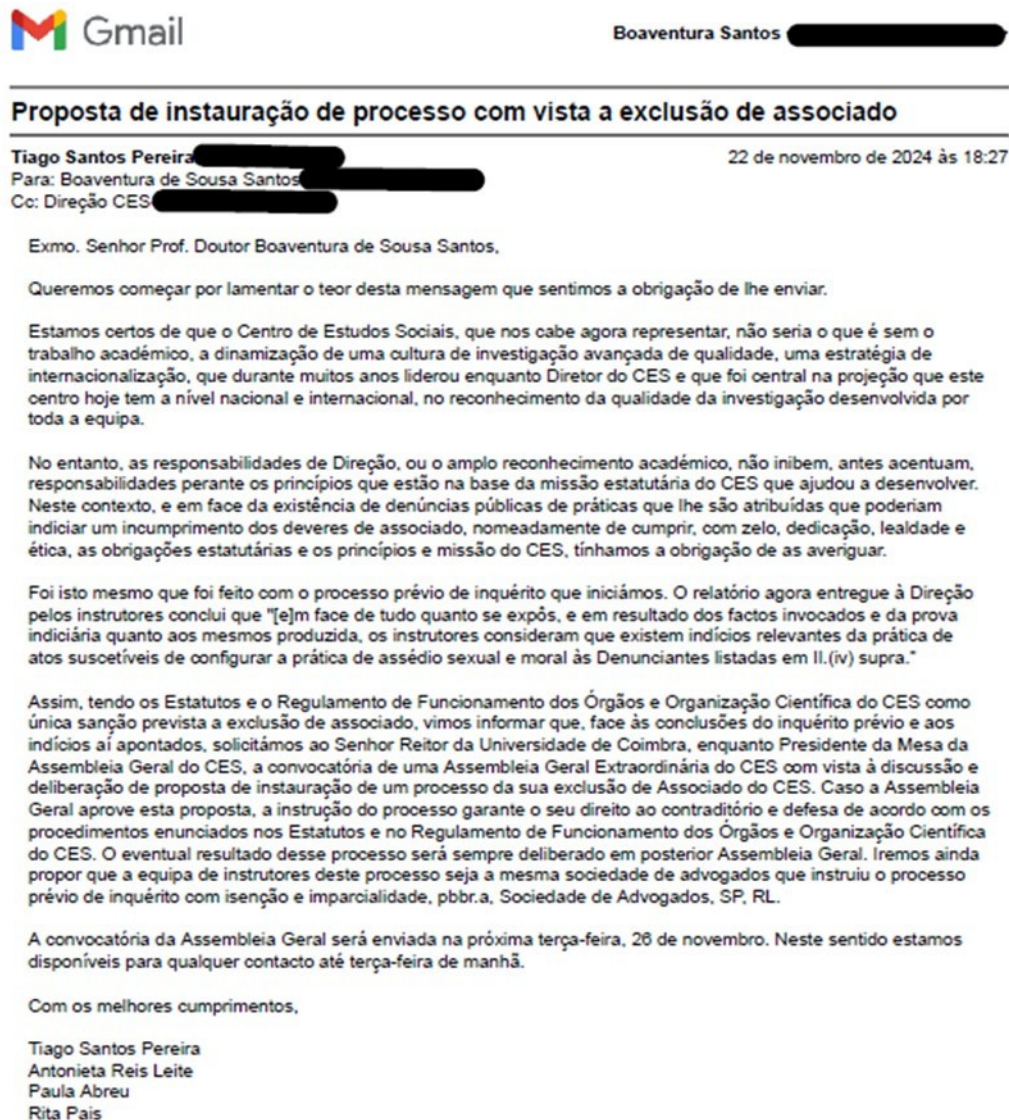
Fiquei surpreendido com a insensibilidade dos advogados do CES para o facto de este não ser um processo normal de investigação. Seria normal se tivesse sido aberto logo no capítulo que tantos danos causou à comunidade científica do CES, até então invejada pela sua qualidade científica e humana, e que, se tinha problemas, dispunha de mecanismos para os resolver de forma serena, reservada, preservando os direitos e o bom nome de todos os envolvidos. Não, **este processo de investigação surgiu após dezassete meses a ser difamado sem provas, sempre na comunicação social e nas redes sociais, objeto de ilegalidades várias, profundamente afetado na minha reputação e na minha saúde.**

Uma vez que estes advogados foram contratados pela atual direção do CES, responsabilizei-os pelo que estava a acontecer. Em 24 de setembro, enviei uma mensagem aos meus colegas dizendo: "Lamento informar-vos que, após mais de um ano de guerra mediática contra mim, a atual direção da instituição que criei há 45 anos está determinada a impedir-me de me defender eficazmente, como é exigido numa sociedade democrática regida pelo Estado de direito e pela presunção de inocência".

O facto de não ter sido formalmente acusado num contexto em que me pudesse defender foi essencial para chegar ao ponto em que me encontro vinte meses após o início da difamação: a "morte civil" de uma pessoa que deu a vida pelos valores essenciais que constituem os pilares da democracia. Porque é que isto aconteceu?

contra o diretor emérito do CES e um dos cientistas sociais mais citados do mundo no domínio das ciências sociais?

A estratégia que a atual direção tinha seguido desde o início para fazer de mim um bode expiatório e provocar a minha expulsão tornar-se-ia clara pouco tempo depois. Em 22 de novembro de 2024, recebi a seguinte mensagem da direção:



**Proposta de instauração de um processo de expulsão de um membro. Caro*

Prof. Boaventura de Sousa Santos

Gostaríamos de começar por lamentar o conteúdo da vossa mensagem, que nos sentimos obrigados a enviar-vos. Estamos conscientes de que o Centro de Estudos Sociais, que agora nos compete representar, não seria o que é sem o trabalho académico e a dinamização de uma linha de investigação avançada e de qualidade, uma estratégia de internacionalização, que desde há muitos anos tem sido um fator chave no desenvolvimento do Centro.

anos que liderou como Diretor do CES e que foi fundamental na projeção que este centro tem hoje a nível nacional e internacional, no reconhecimento da qualidade da investigação realizada por toda a equipa.

No entanto, as responsabilidades da direção, ou o amplo reconhecimento académico, não inibem, antes reforçam, as responsabilidades para com os princípios que estão na base da missão estatutária do CES, que ajudou a desenvolver. Neste contexto, dada a existência de alegações públicas de práticas que lhe são imputáveis e que podem indiciar uma violação dos deveres de membro, nomeadamente de atuar com diligência, zelo, dedicação, lealdade e ética, das obrigações estatutárias e dos princípios e missão do CES, tínhamos a obrigação de investigar.

O mesmo foi feito para o processo de investigação preliminar que iniciámos. O relatório apresentado à Direção pelos investigadores concluiu que, em resultado dos factos invocados e das provas circunstanciais apresentadas a este respeito, os investigadores consideram que existem indícios relevantes da prática de actos susceptíveis de constituir assédio sexual e moral contra os queixosos mencionados no ponto 11.

Assim, atendendo a que os Estatutos e o Regimento dos Órgãos Científicos do CES não prevêm a exclusão de associados, informamos que, face às conclusões do inquérito preliminar e aos indícios nele apresentados, solicitámos ao Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CES, a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária do CES para deliberar sobre a proposta de abertura de processo de expulsão de associado do CES. No caso de a Assembleia Geral aprovar a proposta, o processo será conduzido de forma a garantir o direito de contraditório e de defesa dos seus direitos e deveres nos procedimentos estabelecidos nos Estatutos e nos Regulamentos Internos dos órgãos e da Organização Científica do CES. O resultado final deste processo será sempre deliberado em Assembleia Geral posterior. Proporemos que a equipa de instrutores seja a mesma da sociedade de advogados que conduziu com isenção e objetividade o anterior processo de investigação. pbbr.a. Sociedade de Advogados. SP. RL

A convocatória da Assembleia Geral será enviada na próxima terça-feira, dia 26 de novembro. A este respeito, estamos à vossa disposição para qualquer contacto até terça-feira de manhã.

Com os melhores cumprimentos.

Tiago Santos Pereira

Antonieta Reis Leite

Paula Abreu

Rita Pais

Isto significa que o meu pedido para solicitar os documentos em que baseei a As "acusações graves" constituíram motivo suficiente para que a direção solicitasse a minha expulsão. Recorde-se que, como não era funcionário do CES, não tinha qualquer obrigação profissional de obedecer a uma imposição arbitrária dos advogados do CES.

Perante a acumulação de tanta ilegalidade, intriga, mediocridade e maldade no poder, perante a articulação entre este golpe de Estado interno e a guerra mediática interessada em destruir a minha reputação, decidi, em 26 de novembro de 2024, demitir-me do CES, a instituição que fundei em 1978 e à qual dediquei o melhor da minha vida:

Exm.º Senhor Dr. Tiago Santos Pereira, Director do Centro de Estudos Sociais

Coimbra, 26 de novembro de 2024

Boaventura de Sousa Santos, sócio fundador e director emérito do Centro de Estudos Sociais, venho pelo presente solicitar a minha saída de associado, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º dos Estatutos, bem como renunciar ao título de Director Emérito.

Atentamente,

Boaventura de Sousa Santos

**Dr. Tiago Santos Pereira, Diretor do CES de Coimbra*

26 de novembro de 2024

Boaventura de Sousa Santos, sócio fundador e Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais, venho por este meio solicitar a minha saída como associado, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º dos Estatutos, bem como renunciar ao título de Diretor Emérito. Com os melhores cumprimentos. Boaventura de Sousa Santos

O sistema judicial entra em ação

Tendo chegado à conclusão de que não teria qualquer hipótese de me defender a nível do CES, em 12 de julho de 2024 tornei públicas duas decisões: apresentar uma queixa contra o CES e tomar as medidas necessárias para garantir a minha defesa.

uma ação cível de proteção da personalidade contra os treze queixosos (dividida em dois processos em função da nacionalidade dos queixosos) e solicitar ao Ministério Público que me constitua arguido. A segunda ação é inédita, mas foi a única forma que encontrei para saber finalmente de que sou acusado e para me poder defender. **Até à data da redação do presente documento (7 de maio de 2025), o Ministério Público não encontrou motivos para me acusar.**

A ação de proteção da personalidade (prevista nos artigos 878.º e seguintes do Código de Processo Civil) é um procedimento especial que visa restaurar rapidamente a honra e o bom nome de uma pessoa que foi falsamente acusada de um crime. O seu único objetivo é verificar se as alegações são verdadeiras ou falsas e, neste último caso, exigir que os arguidos se retratem.

É importante sublinhar até que ponto a mentalidade inquisitorial impregnou o mundo académico e político, incluindo o mundo da esquerda, que ao longo da sua história atravessou períodos (em democracia) em que não teve outra defesa senão apelar às garantias fundamentais do Estado de direito. Pouco depois de ter sido tornada pública a minha decisão de ir a tribunal para defender o meu bom nome, dois colegas que considero amigos e por quem tenho estima publicaram estas notas

facebook

Iniciar sessão



João Teixeira Lopes

18 de outubro de 2024 · 🌐

Boaventura Sousa Santos processou as mulheres que o acusaram e, entre outras coisas, exige-lhes que se retratem e manifestem o seu "respeito" pelo "Senhor Professor".

É ridícula, pacóvia e profundamente arrogante a atitude do Boaventura. Só se enterra ainda mais. Sem um pinga de lucidez e autocritica. Espero que este doloroso processo seja um ensinamento para todas e todos. Não se pode acreditar e venerar um auto proclamado Messias da emancipação sem distância e sentido crítico. Não se pode delegar nele a palavra e a representação. Tudo em Boaventura soava como contradição autoperformativa, encantatória, mas assente em pés de barro (acertado o texto crítico que Madureira Pinto escreveu) e, percebe-se-agora, em violência e opressão.

**Boaventura Sousa Santos processou as mulheres que o acusaram, entre outras coisas, para exigir que elas se retratassem e mostrassem o seu "respeito" pelo "Sr. Professor". A atitude de Boaventura é ridícula, vulgar e profundamente arrogante. Sem um pinga de lucidez e autocritica. Espero que este processo doloroso sirva de lição para todos nós. Não se pode acreditar e venerar um autoproclamado messias da emancipação sem distanciamento e sentido crítico. A palavra e a representação não lhe podem ser delegadas.*

Tudo em Boaventura soava como uma contradição auto-reformista, encantadora, mas com pés de barro (o texto crítico de Madureira Pinto tem razão), e percebe-se agora, na violência e na opressão.

Jose Manuel Viegas Neves escreveu (sábado, 16/11/2024 à(s) 09:07):

Inicia-se hoje o julgamento de colegas do CES processadas por Boaventura Sousa Santos em função das denúncias que dele fizeram. Conheço Boaventura Sousa Santos e o seu trabalho, pelo qual tenho muita estima intelectual. As acusações de que é objeto não me fazem perder essa estima e continuo a discutir os seus textos nas aulas que ensino. E que ele se sinta injustiçado por esta ou aquela acusação, e por isso recorra aos tribunais, é um direito que lhe assiste, por certo. Mas recordo que foi o próprio quem, na sequência das primeiras denúncias de que foi objeto, veio publicamente admitir ter tido comportamentos criticáveis, que procurou contextualizar declarando ser um homem do seu tempo, tempo este que estaria agora em mudança. Essa declaração poderia ter sido o início de um processo de reflexão e reparação, mas, pelo contrário, chegamos agora a esta situação, com Boaventura a processar judicialmente colegas que sentem que foram por ele assediadas e que não recorreram ao anonimato para disso darem conta. Enfim, desde o início de todo este caso, há duas coisas que me suscitam igual perplexidade: a crueldade com que alguns colegas procuraram desacreditar quem denuncia e a ligeireza com que outros tantos colegas cavalgaram as denúncias para sentenciar os denunciados. Para mim, independentemente do que este ou aquele tribunal vier a decidir nos processos relativos ao caso em questão, importa conhecermos e mudarmos as relações de poder desigual que existem no meio académico e as maneiras por que essa desigualdade pode facilmente tornar-se motivo de abusos e assédio. As colegas que hoje respondem em tribunal têm procurado contribuir para essa mudança e por isso devemos-lhes o nosso apoio.

**Inicia-se hoje o processo judicial contra os colegas do CES processados por Boaventura de Sousa Santos e a sua obra, pela qual tenho grande estima intelectual. As acusações que lhe são feitas não me fazem perder essa estima e continuo a discutir os seus textos nas aulas que lecciono. Que ele sinta que não está a ter justiça por esta ou aquela acusação e que deve ir a tribunal é um direito seu, claro. Mas recordo que foi ele próprio que, após as primeiras acusações que lhe foram feitas, admitiu publicamente que tinha tido um comportamento crítico, que procurou contextualizar afirmando que era um homem do seu tempo, um tempo que estaria agora a mudar. Essa declaração poderia ter sido o início de uma reflexão e de uma reparação, mas, pelo contrário, chegámos a esta situação, com Boaventura a processar colegas que se sentem assediados por ele e que não recorreram ao anonimato para dar conta do sucedido. Por último, desde o início de todo este caso, há duas coisas que me causam igualmente perplexidade: a crueldade com que alguns colegas tentaram desacreditar aqueles que denunciam e a ligeireza com que tantos outros colegas se juntaram ao comboio da denúncia.*

para condenar os arguidos. Para mim, independentemente do que este ou aquele tribunal decidir no processo deste caso, é importante compreender e alterar as relações de poder desiguais que existem no meio académico e as formas como essa desigualdade pode facilmente tornar-se uma fonte de abuso e assédio. Os colegas que hoje se encontram perante os tribunais procuraram contribuir para essa mudança e devemos-lhes o nosso apoio.

Este último teve a amabilidade de me informar da nota no Facebook com a seguinte mensagem:

Bom dia

Escrevi este pequeno texto na minha página do Facebook e quero informá-lo diretamente sobre ele. Um dia, talvez pessoalmente, poderemos falar mais sobre estas questões.

Zn

Ao que respondi no dia seguinte:

Caro Zé Neves

Obrigado por partilhar. Estou à vossa disposição para falar convosco pessoalmente sempre que quiserem. Após 18 meses de guerra mediática e de anulação sem que eu possa dar a minha versão dos factos, é legítimo que se levantem dúvidas. Em todo o caso, uma leitura atenta da minha autocritica mostra que reconheço erros, mas não faltas graves ou crimes, que é o que me acusam agora. Falaremos sobre tudo isto quando quiser.

Um abraço

Em geral, uma ação de proteção da personalidade não deve demorar mais de três meses, porque a celeridade é parte integrante da justiça pretendida, uma vez que está em causa um direito fundamental (o direito ao bom nome). Foram intentadas duas acções: uma contra residentes em Portugal e outra contra residentes no estrangeiro, porque se pretendia obter uma decisão rápida, sabendo-se que o facto de alguns dos difamadores residirem no estrangeiro seria um fator de atraso. A primeira ação foi intentada em 26 de setembro de 2024 e a segunda em 7 de janeiro de 2025. Pouco depois da propositura da primeira ação, foi anunciado que o canal de televisão NOW iria emitir programas especiais para dar voz (mais uma vez) às alegadas vítimas. Ainda antes do anúncio desse programa, e antecipando que as alegadas vítimas continuariam a utilizar os meios de comunicação social para a sua campanha, em 16 de outubro de 2024 os meus advogados requereram ao juiz uma decisão provisória para que as alegadas vítimas se abstivessem de emitir, até à decisão final, quaisquer juízos de valor sobre mim, em qualquer ambiente público ou publicitário. O juiz indeferiu o pedido após

o primeiro programa foi transmitido, considerando que não tinha sido provada a possibilidade de dano iminente à personalidade moral do autor.... Por outras palavras, pedi aos tribunais que protegessem o meu bom nome e os agressores foram autorizados a continuar a campanha difamatória, mesmo depois de o processo ter sido iniciado.

No dia 17 de janeiro de 2025, foram ouvidas algumas das testemunhas que eu tinha indicado (António Sousa Ribeiro, Graça Capinha, João Arriscado Nunes, José Luis Exeni Rodríguez, Lassalet Simões, Maria Irene Ramalho e Maria José Carvalho). Por infeliz coincidência, neste processo apenas a gravação de algumas das minhas testemunhas teve problemas técnicos e ficou praticamente inaudível, o que provavelmente impossibilita a transcrição dos arquivos. Até ao momento em que escrevo (7 de maio de 2025) ainda não foi possível retificar esta falha técnica. Dado que a celeridade é a chave da eficácia deste processo, este atraso faz com que o efeito útil desta ação (restabelecer o meu bom nome) seja nulo, mesmo que a ação seja considerada bem sucedida, como estou convencido que será, com base em todas as provas documentais e testemunhais que apresentei.

No dia 6 de janeiro de 2025, foi apresentado um requerimento superveniente com o objetivo de demonstrar ao juiz as repercussões que a conduta dos agressores teve a nível internacional, de forma a tentar sensibilizar o juiz para a importância de dar um rápido seguimento a este processo e de demonstrar que existe uma outra versão dos factos que, apesar de não ter sido veiculada pelos meios de comunicação social, porque não é sensacionalista, não deixa de ser digna de atenção. Porque é mais objetiva e mais credível, porque é a verdade! O pedido incluía uma série de declarações de personalidades de relevo que sublinham os graves danos que estão a ser causados ao meu bom nome. Entre as declarações, transcrevo as seguintes:

Iris Lykourioti, professora na Universidade de Salónica, Grécia:

"22/12/2024, 16:45

Caro Boaventura:

Acabei de ler sem fôlego o seu texto. Ajuda a compreender muitas coisas. É um belo relato do momento desastroso que a Europa está a atravessar. Previu-o há muito tempo.

O Hector e eu estamos sempre ao vosso lado.

Continuo a ensinar com base no meu trabalho sobre as Epistemologias do Sul e não vou parar. Não há melhor teoria para dar sentido ao mundo atual. Os jovens merecem uma teoria melhor, como a que acredita ser possível.

Especialmente este ano, fiz um relato pormenorizado do caso contra si, explicando com todas as minhas forças aos meus alunos a guerra ideológica e cultural que tenta moldar as nossas instituições e censurar teorias emancipatórias como a EdS.

Os estudantes sensíveis da nossa universidade compreendem muito bem esta violência se lhes for dada uma explicação adequada. Eles são afectados por experiências tangíveis que o meu trabalho aborda de forma mais adequada.

Para além de assistirem à escalada da censura internacional em relação a crises mais longínquas, como a da Palestina, estão em contacto direto com outros tipos de guerra sobre as suas vidas. Farei circular o vosso texto no meu círculo e entre os meus alunos.

Alejandro Sierra, o meu editor em Espanha

"Domingo, 22/12, 16:02

Caro Boaventura:

Pensei que tudo tinha acabado e que a sanidade e a verdade tinham prevalecido. Conte com a minha amizade. Estou ansioso por ler as suas reflexões sábias e sensatas sobre este mundo conturbado. É um sinal e uma razão para continuarmos confiantes.

Desejo o melhor para ti, para os teus e para os teus, para este Natal e para sempre.

Com um grande abraço do Alejandro".

Jorge Majfud, Professor na Universidade da Florida

"18-6-2024 Universidade da Florida Professor

Para nós, que nos definimos sempre, entre outras coisas, como feministas, esta prática é uma dupla desilusão, embora não tenha nada a ver com o feminismo. É uma neo-inquisição e bastante miserável. Mulheres adultas que falam de traumas porque alguém as beijou demasiado na cara, desta ou daquela maneira, ou lhes deu um abraço demasiado apertado. Quase todos os meses recebemos abraços mais do que apertados de mulheres com quem não temos qualquer relação e não vamos chorar para os cantos. Se acharmos alguém irritante, afastamo-nos. Não é que eu apoie que um professor fique atrás dos seus alunos, mas estes casos parecem-me muito infantis. Sobretudo porque não tinham qualquer obrigação de trabalhar connosco. Para além dos documentos que já lemos, onde se pode ver claramente uma duplicidade de critérios.

Juan Gimeno - Professor na Universidade Autónoma de Madrid

"2 de outubro de 2024, 10:38

Caro Boaventura, agradecemos-lhe imenso este gesto de partilhar connosco este documento e, sobretudo, o que nos dá com ele: a entrada no mais profundo do seu coração.

Na minha opinião, a sua luta, necessária e oportuna, não é apenas contra a injustiça, mas pela transmissão limpa de um dos mais dignos e importantes legados para as gerações futuras que foram dados no campo intelectual e académico nos últimos cinquenta anos. Muitas coisas me impressionam na sua pessoa, sendo uma das mais impressionantes a sua consciência de se construir como um antepassado responsável, o que para mim é uma das melhores formas de levar uma vida digna, que não se esgota em nenhum momento presente e que estará presente em qualquer momento futuro. O tempo há-de corrigir as coisas; uma das maiores injustiças da sua cassação é conseguir (pelo menos parcialmente) privar-nos, privar o mundo de uma voz que é mais necessária do que nunca nos tempos que vivemos. Mas essa voz, Boa, nunca se calará. Ela encontrou e encontrará nos tempos vindouros muitas vozes que a multiplicarão e multiplicarão.

Obrigado do fundo do coração, professor, amigo, irmão, por contribuíres para dignificar a minha existência e os mundos em que, com a nossa roupagem humana, vivemos e em que muitos outros viverão.

Um grande abraço

Leonardo Boff - grande teólogo brasileiro

"Terça-feira, 17/12, 21:07

Caro amigo Boaventura

Li a sua longa justificação para as acusações anónimas e a injustiça que lhe foi feita, negando-lhe o direito de se explicar, precisamente a si, que é licenciado em Direito.

Lamento muito o sofrimento que isto lhe está a causar e também a tentativa de destruir todo o pensamento criativo, crítico, alternativo e anti-sistémico que desenvolveu com reconhecimento universal. O verdadeiro resiste sempre e um dia há-de romper. Mas não na eternidade, mas aqui e agora, no tempo. Acredito que o tempo ser-lhe-á favorável.

Aqui no Brasil estou envolvido numa polémica sobre a suspensão das actividades académicas de um eminente jurista e sociólogo marxista, Alysson Moscaro. Com base em acusações anónimas de assédio, como no seu caso. Ninguém mostra a cara, ninguém faz a acusação.

Nunca na lei o julgamento e a punição se baseiam em boatos e acusações anónimas, nem no código de Hammurabi nem no código de Enuma Elis, o mais antigo que se conhece.

Para mim, tudo isso se deve à intolerância à verdade que expressas com categorias críticas que Marx nos ensinou, desmascarando as lógicas perversas do capital. Os críticos não conseguem digerir a verdade porque, até hoje, Marx é indigesto para todo o pensamento funcionalista do sistema dominante. Na minha opinião, eles são atacados pela verdade que lhes cega os olhos e com a qual não conseguem conviver.

Mas é um preço demasiado alto a pagar. Creio que, em tempos de pós-verdade e de fake news generalizadas, se Sócrates estivesse entre nós, suicidar-se-ia mesmo sem cicuta. Como se pode maltratar a verdade, sempre luminosa como nunca antes na nossa história colectiva? Sócrates, com uma tristeza abismal, abandonaria um mundo tão mau, incapaz de viver na verdade e na justiça.

Bem, contem com a minha solidariedade e apreço, aprendendo sempre com o que escrevem. Nunca desistam da escrita criativa e anti-sistémica, solidária com o nosso Sul Global.

Um abraço forte e fraterno.

Leonardo Boff

Edwin Rubio Medina - Professor da Universidade da Colômbia

"outubro de 2024

Aprendizagens e legado do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, um otimista trágico Esta modesta apresentação não pretende explicar a obra, a vida e o pensamento do Professor Boaventura de Sousa. Para levar a cabo tal tarefa, ter-me-ia deparado com dois sérios obstáculos. O primeiro seria o tempo que me teria sido exigido. O professor português desenvolveu uma carreira muito longa e ativa como académico-ativista ao longo de mais de cinquenta anos, pelo que seria injusto da minha parte reduzir em poucas palavras toda a sua carreira e a sua importância. Direi, resumidamente, que posso identificar quatro fases no desenvolvimento da sua carreira. A fase do pluralismo jurídico a partir da sua tese de doutoramento na Universidade de Yale. O trabalho de campo nas favelas do Rio levou-o a uma profunda reflexão sobre as diversas formas de produção do direito. A fase de consolidação da criação de epistemologias do Sul. A fase das formas hegemónicas e contra-hegemónicas de globalização do direito. A fase de regresso aos conflitos da sociologia jurídica e do Estado. Evidentemente, neste quadro, escaparam questões transversais e fundamentais como a concetualização, a aplicação e a interculturalidade dos direitos humanos. Reflexões sobre a democratização, as exigências das lutas étnicas e os pressupostos necessários para a universidade do século XXI. Em segundo lugar, o nosso convidado tem recebido um número significativo de homenagens em diferentes centros de estudo localizados em múltiplos continentes. Uma recente e ilustrativa vem-me à memória no congresso anual de Law and Society realizado em 2022, no qual tive a oportunidade de participar. Não procurarei, por isso, sublinhar um culto excessivo da personalidade individual do autor, algo que não o representa plenamente. Isto faz-me lembrar uma anedota ocorrida em 2018 na cidade de Coimbra, de onde o professor é natural. Nessa ocasião, foi convidado pela Faculdade de Letras da Universidade. Lembro-me que a pessoa que o apresentou mencionou repetidamente que parecia incrível ter o autor de tantos livros importantes na área das humanidades, tudo isto com, na minha opinião, genuína emoção, ao que o professor respondeu, talvez com algum pesar pelo excesso de elogios: não é assim tão extraordinário que eu esteja aqui convosco hoje, a minha casa fica a poucas ruas da universidade. Assim, para disfarçar a minha própria incapacidade de levar a cabo a árdua tarefa de compilar e analisar o caminho traçado pelo nosso convidado, optei por algo mais concreto, mas, espero, mais íntimo. Trata-se de mostrar que quatro atitudes pessoais forjaram para mim o seu legado, que me inspira a seguir, assim como a muitos académicos, activistas e dirigentes diversos

*movimentos sociais em todo o mundo, particularmente para aqueles de nós que são do Sul global. Antes de mais, quero sublinhar que o intelectual que hoje nos acompanha é essencialmente um inconformista. Todo o percurso de Boaventura demonstra fielmente o seu sentimento de inquietação perante as injustiças, as desigualdades e a ordem estabelecida pelo sistema capitalista-colonialista a partir da sua macro e microestrutura. De Sousa, oriundo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, cedo foi visto como um rebelde, um fora da lei que se afastava do tipo de advogado do seu tempo, conservador e conivente com o regime ditatorial português. Esta decisão trouxe-lhe naturalmente detractores, mas o distanciamento do sistema permite-lhe também encontrar companheirismo e solidariedade com outros insatisfeitos corajosos e proactivos que decidiram pensar num modelo económico, político e educativo mais justo, e desta forma mostra-nos o alcance que um inconformismo orientado pode provocar e assim nos exorta a uma bela militância no partido da humanidade (Mark Thusnet). Em segundo lugar, creio que o professor possui um espírito crítico situado. Todos nós vimos de uma tradição, de uma história, aprendemos e agimos dentro dela (Gadamer). De Sousa vem do pensamento crítico e continua confiante de que é possível fazer avançar projectos de emancipação social. No entanto, ser crítico implica também questionar os fundamentos da própria teoria crítica e, como pessoa insatisfeita, apercebeu-se de que esta é insuficiente para repensar e agir num mundo ferido pelo colonialismo. Por isso, optou por uma modernidade barroca e pela criação de um estatuto epistémico ontológico e político designado por epistemologias do sul, no qual os subalternizados, os rebaixados, os malditos da terra, os homos sacer podem contestar no campo concetual, político e jurídico o estatuto privilegiado proveniente de um norte global iluminado, científico e heurístico. No entanto, o seu posicionamento e a sua tomada de partido pelos sujeitos descartados da cena geopolítica não conduziram à atomização das suas interpretações ou à impossibilidade de um consenso global. Boaventura não renuncia à universalidade. O seu legado neste ponto encoraja-nos a continuar a ter fé no espírito crítico e permite-nos gerar diagnósticos e estratégias situadas para contribuir para o nosso papel na denúncia, mas também na capacidade de gerar novas heterotopias em que novos mundos são possíveis, como proclama o zapatismo. O professor sintetiza-o através de uma das suas máximas: pensar globalmente e agir localmente. Em terceiro lugar, o professor de Sousa parece-me encarnar os atributos essenciais do investigador social empenhado, aquele que arrisca através da sua capacidade de invenção, essa *erfindung* nietzschiana reveladora que lhe permitiu combater as categorias do conhecimento eurocêntrico. A capacidade de invenção não resulta de um simples snobismo académico, mas constitui um instrumento que contesta a autoridade de nomear e renomear as coisas: Upendra Baxi, por exemplo, afirmou numa das suas obras que é necessário questionar quem e de onde vêm aqueles que se sentam para escrever o que são "direitos humanos". O professor português, através de noções como ecologia dos saberes, pensamento abismal, cosmopolitismo jurídico subalterno e um longo etc., conseguiu compreender o seu papel na luta pela construção de uma linguagem para aqueles que foram invisibilizados, silenciados e, conseqüentemente, relegados na cartografia social global. A audácia da invenção é um legado poderoso que Boaventura nos deixou como académicos e intelectuais que pensam a partir do Sul. E, no meu caso, levou-me a contestar o tríptico dos direitos humanos. Em vez de simples igualdade, falemos de alteridade. E se a dignidade é insuficiente, porque não lutar pela maturidade? Em quarto lugar, gostaria de salientar uma das mais importantes*

virtudes que, na minha experiência, são mais difíceis de alcançar. Otimista trágico, Boaventura de Sousa construiu inúmeros projetos sem calcular o sucesso, mas concentrado na responsabilidade de fazer a sua parte, individual e coletivamente. E talvez mesmo sabendo que esses projectos se revelariam infrutíferos, temporários ou insuficientes para as necessidades que a realidade exige. Além disso, consciente do cenário global, sempre difícil e complexo, em que nos encontramos. No entanto, creio que ele nunca deixou de seguir em frente, apesar das vicissitudes pessoais, académicas, políticas, etc. Suspeito que algum desse trágico otimismo tenha sido forjado pelas palavras, pelo saber e pelo longo acompanhamento dos povos ancestrais que tanto têm para ensinar. Este legado é um dos que, na minha opinião, é decisivo hoje, e numa altura em que alguns porta-vozes da ONU sugerem mesmo que na Palestina se encontra o tûmulo do direito internacional. É desse legado que precisamos urgentemente, professor, e estou certo de que com a sua presença nesta conferência teremos de avançar um pouco mais nesse sentido. Obrigado, maestro, por ter sido um maverick, um espírito crítico situado, um inventor e um otimista trágico. Pode ter a certeza de que estes e outros dos seus atributos foram sabiamente recebidos pelas muitas gerações de académicos, activistas e líderes sociais ao longo dos anos. E nas vozes da atual geração e nas novas vozes emergentes de hoje, gostaria de dizer que o seu legado está assegurado".

Marilena Chaui - Professora da Universidade de São Paulo Intelectual de referência no Brasil

"Domingo, 15/12, 22:10 Caro

amigo Boaventura,

Vou difundir a sua mensagem no meu grupo de estudo sobre a democracia e enviá-la aos colegas que organizaram um grupo de trabalho sobre os riscos de calúnia e difamação que se verificam cada vez mais nas redes sociais sob o pretexto do termo "assédio", utilizado a torto e a direito com a intenção de desmoralizar aqueles com quem se teve um desentendimento, e mesmo sem ele.

Quanto a si, pode ter a certeza de que nunca duvidei da sua retidão e elegância no trato com as pessoas e, em particular, comigo.

Um grande abraço

Marilena".

Bruna Muriel, antiga aluna

... Participei de um intercâmbio sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sob a supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, entre março de 2014 e março de 2015. Escrevo por iniciativa própria, motivado pelo desejo de contribuir com o processo de pesquisa. O CES está ainda em curso porque, como se verá nas páginas seguintes, a minha experiência no CES e a orientação

As experiências do professor diferem radicalmente das relacionadas com os episódios de assédio, abuso e opressão, expostos tanto no livro "Sexual Misconduct in Academia - Informing an Ethics of Care in the University" (2023) como nos relatos e cartas divulgados pelos media e redes sociais ao longo do último ano. Quero sublinhar que sou solidário com quem passou por situações de sofrimento no CES e não pretendo, de forma alguma, questionar a veracidade das memórias dos/as queixosos/as ou a legitimidade das suas reivindicações. No entanto, como professor e investigador crítico da lógica maniqueísta e reducionista de explicação da realidade, que dificulta a compreensão da sua complexidade e contradições intrínsecas, sinto-me no dever de informar os responsáveis pela investigação dos casos de assédio moral e sexual no CES que tenho outras memórias do período em que lá estive. As reuniões de supervisão com o Professor Boaventura e os encontros com os membros da sua equipa de investigação, entre os quais destaco a Professora Maria Paula Meneses e o investigador Bruno Sena Martins, foram plenos de diálogo respeitoso, de intensa aprendizagem e de profundas reflexões. Durante a minha estadia participei em todas as master classes desse ano letivo, para além de workshops e conferências que contaram com a presença marcante do professor. É o caso, por exemplo, da Escola de verão Alice, realizada na cidade da Curia entre 30 de junho e 8 de julho, e do workshop "Métodos de pesquisa para epistemologias do Sul: o que há de novo?", que ocorreu no dia 22 de junho de 2014 na própria residência do professor, localizada na simpática aldeia portuguesa de Quintela.... Para além das actividades académicas, participei nos jantares realizados no restaurante Casarão, que também contaram com a presença do professor. Em nenhuma das ocasiões, formais ou informais, observei sinais subtis ou explícitos de comportamentos que me remetessem para a esfera do abuso, da violência física ou psicológica. Esta é também a impressão da minha orientadora de doutoramento no PROLAM/USP que, um ano antes da minha ida a Portugal, havia feito o seu pós-doutoramento na mesma instituição, sob a supervisão do mesmo professor. Com ela partilho memórias de uma experiência académica rica, num ambiente intelectualmente fecundo e de diálogo com um professor generoso e atento nas suas correcções e sugestões. Com isto termino, ficando à vossa inteira disposição para qualquer esclarecimento sobre o conteúdo desta carta e os episódios relatados...

Walden Bello - Grande intelectual filipino candidato presidencial nas últimas eleições

De: Walden Bello

Olá, Boa...

Apoio plenamente o seu pedido de justiça e de um julgamento justo, e é lamentável que tenha sido privado deles. Li os documentos que me facultou e estou plenamente convencido da sua inocência. O senhor é um homem íntegro, tanto a nível pessoal como a nível intelectual. No meio de todos estes problemas, lembre-se de que é tido em grande estima pelos seus colegas. É um dos intelectuais progressistas mais importantes do mundo e isso é algo que aqueles que o difamam nunca lhe poderão tirar.

Não hesite em divulgar o meu total apoio a si em qualquer documento ou fórum.

Por favor, cuide da sua saúde e mantenha sempre a cabeça erguida. Por favor, continua a escrever. Mais do que nunca, nós, no Sul Global, precisamos da sua voz.

Em solidariedade,

Raúl Zaffaroni - Respeitado professor de direito penal da Argentina, antigo juiz do Supremo Tribunal de Justiça da Argentina, antigo juiz do Tribunal Latino-Americano dos Direitos do Homem

Olá Boa! A tua decisão é a mais acertada. Cuida da tua saúde. O resto pouco importa. O que são as instituições académicas, senão um refúgio de intrigas? Caudas de pavão? As tuas obras nunca poderão ser negadas por ninguém e ficarão para sempre. As outras têm comparação?

Quando nos encontrarmos, contar-te-ei pessoalmente uma história antiga sobre e s s e s "imortais fabricados" e a sua maldade intrínseca. Agora és livre! Livre! Isso é bom!

O amor. Raul".

Raquel Siquiera e Marcio Fiorentino - Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor da Universidade Federal do Sul da Bahia

"Cordel do Boa Aquí

expreso,

Em prosa e verso, Meia

rima de namoro,

Repente nordestino do Brasil,

Cordel azucarado das delícias da

rapadura,

É doce e, ao mesmo tempo, difícil.

Estou a falar da vida, que escolhe as nossas

feridas, mas essas feridas curam-nos,

Para os amigos da fibra, Fortalecer e

restaurar a beleza, E o brilho infinito

da existência,

Um sabor adocicado pela gratidão e
pela companhia.

Com a certeza de que somos
inabaláveis, na alegria e na tristeza.

Aqui, antes e depois,
Márcio Florentino e eu,
somos ambos seus filhos.

Nas aprendizagens que levamos, E
com elas continuamos a fortalecer-
nos. Os seus ensinamentos
alimentaram-nos,

Toda a nossa vida lhe estaremos gratos, E perpetuaremos as
suas leituras abençoadas.

O mel sai-nos da boca quando
falamos de ti,

O Bom, sempre uma boa ideia, o nosso
ícone.

Mesmo com as hipocrisias e as mentiras, fomos
guerreiros na aldeia da liberdade
E confiança.

Longe da mediocridade, fazemos parte
da mesma tribo.

Originadores do pensamento, das epistemologias libertárias. Estivemos,
estamos e estaremos ao vosso lado,

Para tudo o que precisar e quiser.

E aqui tenho ainda mais motivos para agradecer: consegui
um cargo efetivo na UFRJ,
também vos agradeço.

O Márcio continua a trabalhar e eu também,

banhados na vossa
sabedoria, somos vossos
filhos,
tornar real, onde quer que estejamos, o que
aprendemos verdadeiramente convosco.
Gratidão infinita,
lealdade,
confiança abençoada.
BOA, muito BOA empresa!!!"

Vera Duarte - Antiga Ministra da Justiça de Cabo Verde, escritora cabo-verdiana

"Meu caro amigo,

Acompanhei a calúnia que queriam lançar sobre si (e sobre o filho de um antigo cunhado meu) e escrevi-lhe para lhe manifestar a minha solidariedade e para me colocar à sua disposição para o que fosse necessário...

Mas, meu amigo, a sua magnífica folha de serviço, embora atraia olhares obstrutivos, é a sua plena defesa... por isso, só não lhe digo que deite fora o que é lixo porque os caluniadores merecem castigo....

Amigo, continua a defender brilhantemente as "tuas" Epistemologias do Sul e a iluminar-nos com o brilhantismo do teu pensamento irreverente e inovador.... e que nada te detenha!!!!

Abraços e beijos da tua

amiga Vera

Mary N. Layoun, - Professora de Literatura Comparada na Universidade de Wisconsin-Madison e membro da Unidade de Controlo Externo do CES

Querida Boa,

No contexto deste triste mundo, escrevo-lhe por duas razões. A primeira é para expressar a minha profunda preocupação com a sua própria situação: o impacto devastador sobre a sua pessoa, o seu nome e a sua reputação internacional exemplar causado por acontecimentos que começaram há quase dois anos. Refiro-me ao artigo difamatório que apareceu numa antologia da Routledge Press e que foi posteriormente retirado da antologia. Subsequentemente, a direção do CES lançou uma série frenética de respostas mal concebidas e mal comunicadas que transformaram em farsa o devido processo legal, a justiça e a comunidade intelectual. Também fizeram uma farsa da noção de liderança com princípios e imparcialidade.

Não digo isto de forma retórica ou hiperbólica. Na qualidade de membro da Unidade de Acompanhamento Externo do CES nos últimos cinco anos, tive, juntamente com os meus colegas internacionais, a tarefa de realizar reuniões anuais com os grupos de investigação do CES e os seus membros individuais, bem como com as equipas de gestão do CES. Lemos inúmeros relatórios e propostas elaborados pelo CES. E escrevemos relatórios sobre as nossas observações. Observámos as enormes realizações do Centro que fundou e dirigiu até há cinco ou seis anos, bem como o seu notável prestígio internacional em vários países e povos. Foi, por isso, com grande consternação que registei a forma como a direção do CES tratou de forma tão grosseira uma situação reconhecidamente difícil. Intencionalmente - ou talvez não intencionalmente, embora eu tenha sérias dúvidas quanto a isso - encorajaram e participaram numa corrida frenética para o julgamento por parte das instituições académicas e políticas e dos meios de comunicação social, com base em rumores, insinuações e afirmações sem fundamento. Os últimos dois anos foram uma lição impressionante - se necessário - de sinalização vingativa da virtude, má-fé e desonestidade.

*Não foi só em Portugal ou no CES que houve verdadeiras caças às bruxas que chamaram a atenção do público e tiveram consequências devastadoras para aqueles que foram considerados culpados pelo simples facto de terem sido acusados, sem provas ou oportunidade de se defenderem. (O trabalho de John Putnam Demos sobre os julgamentos de bruxas na Europa e nos EUA, *Entertaining Satan*, e as fúrias paralelas mais contemporâneas, *The Enemy Within*, são lembretes sóbrios de como tais frenesins funcionam).*

E a situação que a afecta a si e ao seu trabalho não é de somenos ironia, porque sempre chamou a atenção para as formas como o patriarcado funciona em conjunto com o colonialismo e o capitalismo. No entanto, na sequência da fúria crescente de acusações caluniosas, os danos causados à sua posição internacional pelo furor da difamação são graves. Mesmo pessoas e instituições que sabem que as acusações são caluniosas estão a manter o silêncio por medo de serem elas próprias acusadas, como instituições ou como indivíduos. (A tempestade mediática e a difamação pública que está a acontecer são, mais uma vez ironicamente, uma espécie de testemunho perverso do poder das suas ideias e do seu trabalho. Muito tempo, dinheiro e energia estão a ser gastos para lançar acusações contra si). Assim, os convites que lhe foram feitos são retirados, a publicação do seu trabalho é adiada e os prémios de prestígio que lhe foram atribuídos são ameaçados.

Dado que as coisas foram tão caluniosa e desproporcionadamente deturpadas, só espero que as páginas de documentação que ele reuniu em sua defesa sejam lidas e consideradas cuidadosamente. É essencial que as acusações e os juízos de valor se baseiem numa análise cuidadosa das provas e da documentação. Se isso puder ajudar, terei todo o gosto em invocar as deusas gregas da Justiça, Θέμις e a sua filha Δίκη, quando regressar à Grécia. Mas, por favor, digam-me se há mais alguma coisa que eu possa fazer.

Finalmente, chego ao segundo motivo que me leva a escrever-lhe e que decorre inequivocamente do primeiro. Sei que recentemente se demitiu do cargo de diretor emérito do CES. Posteriormente, também se demitiram Graça Capinha, João Arriscado Nunes, António Sousa Ribeiro, Adriana Bebiani e Maria Irene Ramalho. Pela minha parte, não posso continuar a trabalhar de boa fé com o que é

transformou o CES em mais um instrumento institucional de repressão e de injustiça, de "julgamento" por rumores histéricos e acusações infundadas. Por conseguinte, gostaria de informar que apresento publicamente a minha demissão da Unidade de Controlo Externo do CES. Assim que regressar à Grécia, escreverei uma carta ao atual diretor, com cópia para todos os funcionários do CES. Já não tenho qualquer esperança de que os meus colegas da UEUE e eu próprio consigamos convencer a direção do CES e os signatários das cartas de que existem outras formas mais justas e equilibradas de atuar.

Mais uma vez, lamento profundamente ter de dizer tudo isto. No entanto, envio-vos os meus melhores votos de um ano novo melhor. Em tempos sombrios, como diz Brecht, ainda temos poesia.

Maria

Dois investigadores da Universidade de Coimbra que testemunharam perante a Comissão Independente e que pediram agora o anonimato, um por receio de represálias e outro por ser amigo de um dos signatários da sexta carta, deram o seguinte testemunho perante a Comissão

Testemunho 1

"Este testemunho refere-se sobretudo à instrumentalização da causa feminista em Coimbra por parte de alguns membros da Assembleia Feminista de Coimbra (AFC), responsáveis pelo graffiti que despoletou as alegadas acusações ao Professor Sousa Santos. Fundada no final de 2016 e início de 2017, a AFC era um grupo plural composto por trabalhadoras/es, ativistas independentes e outras/os ligadas/os a partidos políticos, académicas/os, bem como ativistas do movimento negro e cigano, que naturalmente se afastaram devido à disputa pelo protagonismo político de algumas/alguns das/os suas/seus novas/os integrantes, o que acabou por transformar a AFC num grupo cada vez mais fechado, homogéneo e restrito a grupos de amigas/os. Essa estrutura transformou o suposto abrigo para vítimas de violência masculina em um espaço de "caça às bruxas" e de uma suposta justiça feminista que implicava em fazer "justiça" aos homens inimigos das integrantes. Chegaram ao ponto de juntar na mesma lista pessoas que tinham cometido actos graves de violência masculina com colegas com quem tinham tido discussões comuns, inimigos políticos ou simplesmente boatos externos, como no caso do alegado assédio do Professor BSS à então doutoranda do CES Isabella Gonçalves. Nenhuma das pessoas envolvidas no graffiti que deu origem ao artigo "As paredes falaram quando mais ninguém o fez" era próxima ou tinha qualquer envolvimento direto no caso. (...) inúmeras denúncias de violência sexual, violência laboral, elitismo e endogamia de homens e mulheres no seio desta Universidade, praticamente nenhum destes casos teve seguimento, as razões são diversas e não poderiam ser aqui enumeradas, mas o que é relevante dizer é que nenhum deles teve seguimento com tanto empenho por parte da Assembleia Feminista de Coimbra como os boatos sem provas que envolvem o BSS... A luta feminista legítima, para ser séria, deve encontrar no seu cerne um compromisso com diretrizes que envolvam a luta contra as estruturas de poder opressoras e não a perigosa "justiça" individual que, a pretexto de penalizar os opositores, se justifica na mesma perigosa estrutura punitiva. Saudações. (...)

Testemunho 2

O meu testemunho centrar-se-á sobretudo nos jantares e no alegado assédio sexual. Enquanto estudante de doutoramento no CES, gostava muito das interações que podíamos ter nos jantares, que eram dinamizados pelo Professor Boaventura de Sousa Santos. Como parte de uma tradição de décadas, o professor costumava convidar estudantes e investigadores para jantar com ele no restaurante Casarão após as suas palestras. O restaurante não era um dos melhores da cidade, mas era muito barato: pagámos cerca de 8 euros por pessoa, com tudo incluído. Foi escolhido para que não houvesse barreiras à participação. Estes jantares semanais eram uma ferramenta incrível para estabelecer contactos com académicos e activistas de todo o mundo, alguns deles apenas de passagem; outros estavam a fazer estadias de investigação, outros até estudavam noutras faculdades, mas assistiam às palestras do professor. Foram também uma ferramenta essencial para conhecer pessoas no CES como instituição, que se tinha tornado tão grande que era difícil conhecer pessoas de outros grupos de investigação de outras formas. Foi também a melhor forma de conhecer colegas doutorandos de outros programas de investigação, bem como outras "gerações" de colegas doutorandos de diferentes anos de entrada. Considero os jantares organizados pelo professor como um dos aspectos intelectualmente mais interessantes e estimulantes do meu período de investigação no CES durante os últimos 10 anos. Durante mais de 8 anos participei nestes jantares. Em todos esses anos nunca observei nada que se assemelhasse a assédio sexual ou a comportamentos inadequados, nem nesses jantares nem em qualquer outra atividade no Centro de Estudos Sociais. O estatuto de académico e intelectual de renome internacional do professor atraía sem dúvida muita atenção, para o bem e para o mal, de pessoas que queriam falar ou chamar a atenção. Além disso, o carácter precário e competitivo do mundo académico contribuiu sem dúvida para a luta pelos favores. Por vezes, este facto inspirou um certo "comportamento de fã" por parte de alguns investigadores visitantes, "encantados" por estarem na presença de uma "celebridade". Mas nunca observei o professor a tentar tirar partido disso. Fiquei, por isso, muito surpreendido e triste com o que foi insinuado sobre estes jantares em alguns meios de comunicação social e no polémico capítulo "As paredes falaram quando mais ninguém o fez". Se há uma exceção a esta regra, foram os episódios que envolveram a então colega de doutoramento, agora médica e deputada brasileira Isabella Gonçalves, a pessoa que tem estado no centro da tempestade desde então. No entanto, é de uma forma completamente diferente da que tem sido retratada através de rumores espalhados por pessoas que nunca estiveram presentes. Na minha opinião, partilhada por vários outros colegas da altura, incluindo brasileiros, foi a Dra. Isabella que, repetidamente e durante um período considerável de vários meses, usou o seu charme para tentar ganhar influência junto do Professor Boaventura. Embora todas as pessoas envolvidas fossem adultas, ela tinha um comportamento, mesmo em público, que parecia exceder o comportamento profissional que se esperaria de um estudante de doutoramento. Lembro-me que durante vários jantares ela escrevia e recitava poemas expressando o seu amor pelo Professor Boaventura, bem como se sentava ao seu colo. Na altura, vários colegas sentiram-se desconfortáveis com este comportamento pouco profissional, que nós considerámos inadequado e oportunista. Embora se possa argumentar que o professor deveria ou poderia ter repreendido este comportamento, em vez de se deixar seduzir por ele, é importante sublinhar que esta situação foi uma exceção absoluta no CES e que a iniciativa partiu da própria Dra. Isabella Gonçalves. Por isso, em vez de ver a Dra. Isabella como uma vítima, a sua

Os seus colegas da altura viam-na como alguém que utilizava conscientemente a sua idade e atratividade para obter vantagens académicas e políticas. Era um comportamento que gerava inveja e tensão entre vários dos seus pares. Parece também ser um comportamento que não se aplicava apenas ao Professor Boaventura. Durante o mesmo período, era do conhecimento geral dos seus colegas de doutoramento que a Dra. Isabella também mantinha uma relação com outro investigador. Uma vez que, no fim de contas, somos todos cidadãos adultos que interagem com quem quisermos, não creio que haja nada de intrinsecamente errado nisso. Em qualquer outro contexto, seria irrelevante, mas dado o contexto das alegações e a centralidade do caso da Dra. Isabella, penso que é importante mencioná-lo. Ao longo dos anos, as pessoas podem ter mudado as suas narrativas e perspectivas, mas o que escrevi acima era mais ou menos a perspetiva comum de uma geração de colegas estudantes de doutoramento que participaram nos jantares durante os anos da Dra. Isabella em Coimbra, bem como entre os seus colegas de então no projeto de investigação ALICE. Foi neste contexto que surgiram os primeiros "rumores" sobre o alegado assédio sexual atribuído ao Professor Boaventura de Sousa Santos, espalhados por algumas pessoas da "Assembleia Feminista de Coimbra". Devido ao meu conhecimento do contexto, fiquei muito preocupada com os "boatos", expressos sob a forma de graffiti anónimos, que acusavam o Professor Boaventura de ser assediador e violador, desde o momento em que surgiram. Todos estes "rumores" se referiam ao caso da Dra. Isabella Gonçalves, mas foram espalhados por pessoas que nunca estiveram diretamente presentes. Tanto quanto sei, a Dra. Isabella também não esteve envolvida na difusão destes boatos. Foram inspirados por frustrações pessoais e políticas dirigidas ao centro de investigação que nada têm a ver com esta situação específica. Penso que é importante compreender este contexto, uma vez que o caso da Dra. Isabella Gonçalves diz respeito à acusação mais grave, e aparentemente mais credível, contra o professor. Acredito firmemente que a tradução dos rumores que levariam ao assassinato do carácter do Professor Boaventura de Sousa Santos, com base em alegado assédio sexual, assentou essencialmente em dois elementos: a má-fé da investigadora Lieselotte Viaene, que nunca chegou a entrar no CES e teve um conflito laboral com a instituição, e a ajuda de inimigos políticos de longa data no panorama mediático português e de colegas invejosos, desejosos de destruir um dos mais importantes intelectuais de esquerda portugueses. Com os melhores cumprimentos, (...)

Pablo Dávalos, conhecido intelectual e professor universitário equatoriano

"Recebi estes materiais e pu-los a circular entre o meu círculo de amigos. Pensámos e reflectimos muito sobre o que te aconteceu. A nossa hipótese é que, quando começaste a tecer fios entre as resistências latino-americanas e africanas, criaste um espaço político para unir essas resistências de uma forma sem precedentes, mas perigosa. Imaginem se os Sumak Kawsay do Equador e da Bolívia se juntassem às lutas contra o colonialismo dos povos africanos. É por isso que acreditamos que a campanha contra ti foi realmente uma operação política (não sei se da CIA ou algo semelhante) para impedir o encontro das resistências latino-americanas e africanas.

Penso que deveria retomar esta atividade, se quiser o nosso apoio, é claro que pode contar connosco.

Abraços

Participantes (CARTA ABERTA)

Foi recentemente publicado um capítulo de livro - "The walls spoke when no one else would. Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia" - acusando uma instituição anónima e um "professor estrela" anónimo de abuso de poder, casualização, extractivismo académico e violência de género. Apesar da tentativa de anonimato, é evidente que estas acusações são dirigidas ao Professor Boaventura de Sousa Santos e ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Tendo em conta que o CES manifestou formalmente a sua decisão de constituir uma comissão independente para investigar tais condutas, não nos compete julgar ou emitir juízos de valor sobre as acusações das diferentes formas de violência de género referidas no artigo. O que nos afecta e nos cabe denunciar são os "sussurros" sobre o extractivismo académico, o abuso de poder ou a precariedade laboral alegadamente exercidos contra nós, homens e mulheres, que em diferentes fases das nossas vidas fomos assistentes de investigação de Boaventura de Sousa Santos.

Devemos ser enfáticos e contundentes ao afirmar que na nossa experiência de trabalho e colaboração com o Professor Santos nunca houve qualquer forma de expropriação ou extractivismo, nunca nos foi retirada a autoria, se a ela tivéssemos direito, e nunca tivemos de escrever qualquer capítulo ou livro para que o Boaventura colocasse o seu nome. Ao longo dos diferentes anos de colaboração, o nosso trabalho girou em torno da elaboração de revisões de literatura com extensas citações textuais, traduções ou correcções de estilo devido às diferentes línguas que dominávamos.

Nunca, nas diferentes fases da nossa vida em que contactámos com Boaventura de Sousa Santos, nos deparámos com um autocrata que abusasse da sua notoriedade internacional para desvalorizar ou menosprezar as nossas capacidades científicas. Pelo contrário, estivemos perante alguém que valorizou a nossa opinião e os nossos critérios, dando-nos a possibilidade de discordar ou não dos seus argumentos, desde que as nossas opiniões fossem devidamente fundamentadas.

Não ignoramos que o mundo académico está corroído por más práticas e abusos de poder, onde os estudantes são o elo mais fraco da cadeia e a universidade beneficia disso de diferentes formas. A precarização existe, mas no caso específico do nosso trabalho com Boaventura, podemos afirmar que não é o caso típico de um professor de renome que usa os seus alunos para lhe roubar as ideias e encher o seu curriculum vitae com milhares de textos publicados. Todos os seus textos, nos diferentes anos em que trabalhamos com ele, sem exceção, foram escritos por ele.

Perante as alegações que existem sobre o assunto, nós, os diretamente envolvidos como vítimas do extractivismo académico, não podemos ignorar tais afirmações. Não somos, nem nunca fomos, sujeitos passivos de uma relação académica. Sempre fomos remunerados pelo nosso trabalho e o nosso nome e autoria sempre foram reconhecidos quando necessário.

Cordialmente vosso,

Assinaturas:

Fernando Venâncio Filho - Equador

Eduardo Xavier Lemos - Brasil

Maria José Canelo - Portugal

Antoni Aguiló - Espanha

Ana Mary da Costa Lino Carneiro - Brasil

Lino João de Oliveira Neves - Brasil

Margarida Gomes - Portugal

José Luis Exeni Rodríguez - Bolívia".

Graça Capinha, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, antiga investigadora do CES (demitiu-se em protesto contra a forma como o Professor Boaventura foi tratado pelos órgãos de gestão do CES).

A crise do CES, ou seja, irregularidades que não eram irregularidades

Publico, 24 de dezembro de 2024

(<https://www.publico.pt/2024/12/24/opinio/opinio/crise-ces-irregulari...> 4 de 4, 27/12/2024, 09:32)

Será que a atual direção do Centro de Estudos Sociais quis livrar-se de Boaventura de Sousa Santos e assim estabelecer outros sistemas de poder institucional e de orientação científica? Ainda há poucos dias desvinculei-me do do que era meu centro de centro de investigação (<https://www.publico.pt/2024/12/10/sociedade/noticia/cinco-investigadores-senioresdesvinculamse-centro-estudos-sociais-coimbra-2115192>) durante quase 40 anos. As razões que me levaram a fazê-lo decorrem da minha perplexidade, ao longo de todos estes meses, perante a forma como a direção do CES lidou com a crise provocada pela publicação de um artigo, altamente ofensivo para nós, num livro da Routledge. O que ouvi na última sessão plenária em que participei, q u e coincidiu, por coincidência, com o dia seguinte à demissão do fundador do CES (<https://www.publico.pt/2024/11/26/sociedade/noticia/boaventura-sousa-santos-demite-se-ces-coimbra-2113393>), não me deixou alternativa e está refletido no comunicado de 11 de dezembro de 2024, documento muito revelador da forma como a atual direção do CES "resolveu" o assunto.

O comunicado indica que as investigações externas (contratadas pela direção, cujo conteúdo não é do nosso conhecimento) foram concluídas e que não foram identificadas irregularidades que justificassem a

abertura de um processo disciplinar, "quer por não terem sido encontrados indícios de eventuais infracções relevantes...", quer porque "os órgãos do CES não dispõem de poderes disciplinares estatutários sobre pessoas que já não estão ligadas à instituição". Estas duas circunstâncias são cumulativas ou alternativas? Por outras palavras, se Boaventura de Sousa Santos não se tivesse demitido, o CES teria instaurado um processo disciplinar? E a pergunta é: com base em que "infracções relevantes" e como é que um escritório de advogados e a direção do CES se podem substituir ao Ministério Público em relação aos outros 13 investigadores denunciados? Até alguém que me tinha acusado, numa sessão plenária anterior, de não ser feminista (por falar do direito à presunção de inocência e do direito ao contraditório, normais em qualquer Estado de direito! Recordemos como tudo começou: um artigo, supostamente científico e supostamente anónimo, atribuía a Boaventura de Sousa Santos, o "professor estrela", a responsabilidade por um ambiente de assédio sexual, moral e laboral, abuso de poder, extractivismo, etc. Afirmou ainda que tudo isto estava a acontecer com a colaboração de um aprendiz (Bruno Sena Martins) e de uma vigilante (Maria Paula Meneses). Acusou ainda outros membros da direção do CES de "controlarem" os juízes e acusou as suas feministas de defenderem o feminismo fora de portas, mas não fazerem nada dentro delas. Instalou-se então uma enorme crise no CES e a notícia de um verdadeiro escândalo envolvendo Boaventura de Sousa Santos, cuja reputação científica estava a ser destruída (foi noticiado o cancelamento de convites, a proibição de citar o seu trabalho em cursos universitários, a suspensão ou cancelamento de contratos de livros, etc.), espalhou-se nas redes sociais e na imprensa, nacional e internacional. No entanto, só há duas interpretações possíveis para este último comunicado da atual direção do CES. Ou o Aprendiz e o Vigilante foram sujeitos a uma coação tal que não conseguiram resistir a ordens que violavam a lei e a ética, uma interpretação absurda se tivermos em conta o currículo científico e profissional de dois investigadores, que chegaram a exercer cargos de direção no CES, com um currículo sólido a nível nacional e internacional. Ou, segunda interpretação, mais plausível: nem o Aprendiz teve conhecimento de quaisquer irregularidades, nem o Vigilante encobriu quaisquer irregularidades dignas de um processo disciplinar. Mas se esta é a única interpretação plausível, então muitas questões se colocam: porque é que a atual direção nunca defendeu o seu diretor emérito e, pelo contrário, contribuiu para destruir a sua reputação?

Porque alinhou com as queixas - que até hoje nunca foram formalmente apresentadas - das supostas "vítimas", a quem chegou a pedir desculpa depois do relatório da Comissão Independente (em que a palavra "vítima" nem sequer foi usada)? Porquê toda esta fúria, que chegou ao ponto de convocar uma assembleia geral para decidir a expulsão do seu fundador? Será que a atual direção do CES quis livrar-se de Boaventura de Sousa Santos e assim estabelecer outros sistemas de poder institucional e de orientação científica? Um golpe de Estado com aparência de legalidade? Se assim foi, deve ser denunciado e as consequências e responsabilidades devem ser assumidas.

Baltasar Garzón - Juiz magistrado entre 1980 e 2012 em Espanha, advogado e grande ativista dos direitos humanos.

Professor Boaventura de Sousa Santos, com todo o respeito e porque conheço o seu percurso político e intelectual pessoal e compreendo o que significou a sua luta a nível nacional e internacional ao longo de décadas, escrevo-lhe este email não para o defender, mas porque considero que está a ser alvo de uma campanha mediático-profissional que me deixa muito inquieto se me mantiver em silêncio neste momento.

Concordará comigo, professor, que a violência de género é uma das questões mais dolorosas numa sociedade democrática, porque não envolve apenas o sofrimento das mulheres por serem mulheres, mas também porque prova que o machismo e o patriarcado ainda estão em vigor. Em muitas ocasiões, estas agressões estão disfarçadas nas mais diversas actividades académicas, artísticas, culturais, cinematográficas, jornalísticas, empresariais, etc., sobretudo quando existe uma relação de dependência entre o agressor e a mulher agredida, e também têm sido demasiadas vezes silenciadas.

É verdade que, nos últimos anos, foram muitos os relatórios que trouxeram à luz esta realidade, mas também é um facto que houve excessos e abusos em relatórios que, sem o pretexto de reivindicar a luta pelos direitos inalienáveis das mulheres, que tanto a senhora deputada como eu defendemos, puderam ocultar outros interesses ou foram propiciados de tal forma que é impossível ou muito difícil contrariar ou atenuar os efeitos que podem ter sobre a pessoa ou pessoas afectadas, que se vêem envolvidas numa espiral infernal que se soma também ao calvário sofrido pelos próprios queixosos.

No mundo de hoje, em que a comunicação avança a uma velocidade vertiginosa, os efeitos negativos de uma notícia falsa ou da manipulação de uma informação ou, simplesmente, de uma informação tendenciosa, sem dar oportunidade de defesa, significam a imediata execução pública do sujeito e, por vezes, a "morte civil das pessoas", como, de facto, está a acontecer consigo.

Em Portugal, é conhecida a denúncia que teve lugar no quadro das actividades do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, de que V. Exa., Professor Boaventura de Sousa Santos, prestigiado pensador, sociólogo, comunicador, ativista, referência do progressismo e da esquerda intelectual do sul global, defensor dos direitos humanos, dos povos indígenas, do ambiente e consumado anti-imperialista, foi fundador e que alcançou notoriedade internacional graças ao grande mérito que projecta nas suas actividades. Méritos que, na situação atual, foram injustamente transformados em dardos envenenados contra si.

Para mim, sempre foi e é um exemplo do que um intelectual, ativista da democracia e defensor dos direitos humanos deve ser e de como um intelectual se deve comportar, com uma coerência e um compromisso social inquestionáveis.

Como sabe, há pouco mais de um ano, surgiu uma publicação escandalosa com conotações escandalosas e uma campanha mediática orquestrada contra si por alegado abuso de conteúdo.

assédio sexual e actos impróprios de uma pessoa da sua categoria. Isto produziu imediata e inconsequentemente uma acusação inculpatória com tons de condenação absoluta.

Primeiro, de forma velada e depois expressamente, foram veiculadas com a aquiescência ou, pelo menos, a passividade da atual direção do CES, ideologicamente oposta a si, Professor De Sousa Santos, e difundidas exponencialmente com o propósito declarado de destruir a imagem que descrevi, acusando-o e acusando-o de actos gravíssimos, contrários à ética e à dignidade humana e particularmente lesivos para quem os sofre.

Não é este o momento nem o lugar para analisar em profundidade o comportamento pouco ético da direção do CES, nem o inquérito privado e oportunista encomendado pelo CES na sequência do parecer da Comissão Independente nomeada, que não encontrou qualquer mácula na conduta de Boaventura.

O que é certo e verdadeiro é que V. Exa., pessoal e publicamente, diretamente e através dos seus representantes legais, se colocou à disposição da justiça e do próprio CES para contribuir para a investigação, tendo oferecido todos os elementos documentais e processos ao seu dispor que demonstram, de forma clara e simples, que as alegações são inconsistentes e falsas.

De acordo com as informações de que disponho, intentou acções para proteção da sua personalidade, direitos, imagem e honra contra aqueles que o apontam e acusam de actos impróprios e até criminosos. Nesta abordagem, é fundamental que a justiça portuguesa leve a situação muito a sério e analise todos os processos apresentados em conjunto, porque um só é o objetivo da sua publicação, e que esta autoridade judiciária tenha presente o princípio da igualdade de armas e da presunção de inocência porque, caso contrário, a ação judicial transforma-se num ato de vingança e numa espécie de apedrejamento público sem possibilidade de reparação posterior. A justiça deve sempre preservar os direitos e interesses em jogo, que não incluem publicações falsas e gratuitas que apenas visam denegrir a pessoa.

Concordarão comigo que é necessário defender a integridade das mulheres, defender os seus direitos inalienáveis face à violência a que estão sujeitas, mas é também extremamente importante que essa luta seja travada no respeito pelos princípios sagrados que regem o Estado de direito e que regem a democracia, que incluem a garantia da presunção de inocência, as garantias do devido processo, do contraditório, da igualdade de armas, da transparência, da imparcialidade e da independência judiciais.

Tenho a sensação de que é cada vez mais certo que a atual direção do CES, numa manobra claramente destinada a proteger-se e a eliminar a sua própria responsabilidade (se é que a tem), eliminou as escassas possibilidades de defesa daqueles que foram transformados em "bode expiatório" ou em "bode expiatório" (ambas expressões espanholas) por serem obrigados a provar factos negativos, num sistema inquisitorial carente de garantias, que torna essa possibilidade extremamente estreita.

Não pretendo entrar nas razões, veracidade e interpretações de cada um dos queixosos porque se trata de uma questão judicial ou mesmo académica, mas posso denunciar e afirmar que certos meios de comunicação e redes sociais estão a comportar-se e a agir com uma manifesta parcialidade que determina o apedrejamento dos direitos, da reputação e da imagem de uma pessoa sem que esta tenha tido a oportunidade de se defender nos espaços em que este confronto foi organizado. Esta é a realidade, respeitado professor, em que se encontra.

Num país democrático como Portugal, que tantas vezes tem dado o exemplo e onde o Estado de Direito deve ser inquestionável, é inaceitável que se proceda à "execração pública" e à eliminação intelectual de alguém que tenta defender-se e que, como as queixosas, necessita de proteção judicial. A prática cada vez mais comum deste tipo de "sentenças irrecorríveis" proferidas paralelamente aos processos judiciais remete-nos para tempos felizes e degrada a luta pelos direitos das mulheres que a todos nos obriga.

Quem divulga a notícia inquisitorialmente antes do pronunciamento judicial assume uma responsabilidade que lhe deve ser exigida com um alcance equivalente ao dano causado, que no final pode ser para ambas as partes. E é aqui que a ação judicial deve ser comedida mas contundente e exaustiva, analisando pormenorizada e detalhadamente toda a documentação fornecida pelo próprio queixoso no contexto da guerra mediática e intelectual declarada contra ele e que já produziu efeitos nefastos irreparáveis.

Estou certo de que a juíza estará ciente do alcance deste processo e da importância do seu resultado. E tomará a decisão que for adequada do ponto de vista jurídico, e estará ciente do significado da decisão.

Caro Professor, saúdo-o e continuo a lutar pelos direitos humanos, sem exceção, como tem feito até agora. Voltaremos a encontrar-nos.

Baltasar Garzón Real

Juiz de direito entre 1980 e 2012 em Espanha, advogado e ativista dos direitos humanos 04/01/25

Aída Quinatoa, advogada, importante líder de movimentos sociais, como a defesa dos desalojados e o apoio aos migrantes equatorianos.

Eu, AIDA QUINATO, residente em Madrid, migrante e residente há 24 anos, gostaria de expressar a minha solidariedade e informar que conheço o Dr. Boaventura de Sousa Santos há mais ou menos 18 anos. Conheci-o em reuniões internacionais com os sectores sociais de diferentes organizações representativas deste continente, nas quais posso assegurar que sempre foi muito atencioso, respeitador e respeitoso.

e simpático no seu comportamento. Nas suas palestras foi sempre brilhante e com conteúdo de justiça social, em que deixou a plateia motivada para saber mais, após a sua intervenção ouviu-nos com atenção às dúvidas.

Desde que fui presidente da CONADEE e depois porta-voz da PAH Madrid, tenho mantido comunicação com o sociólogo e intelectual Boaventura de Sousa Santos, cuja principal característica é o seu pensamento crítico sobre as injustiças. Ao tornar visíveis as lutas das lutas sociais, explicando e analisando conhecimentos e práticas desiguais, especialmente as produzidas no Sul global, no quadro de um novo paradigma científico, que inclui o social e o político. É de referir que se trata de um centro prestigiado e reconhecido internacionalmente, desde Portugal às universidades do Brasil e de outros países da América Latina.

Gostaria também de deixar claro que o médico em questão nunca manifestou uma atitude machista ou falta de respeito e, por isso, é inacreditável as acusações que estão a ser lançadas gratuitamente. Respondi a uma das acções por e-mail da seguinte forma:

aida quinatoa

De: [REDACTED]

Para: [REDACTED]

Ter, 19 Nov 2024 em 21:11

Não sei quem lhe deu o meu e-mail para me enviar informações falsas sobre o DR: Boaventura, vou enviar a polícia para o processar por apropriação indevida da proteção dos meus dados pessoais. Trata-se de uma infração penal transnacional.

am

O presente documento pode ser utilizado da forma que o interessado considerar adequada, fazendo fé a sua autenticidade.

Com os melhores cumprimentos,

Abga. Aida Quinatoa Arias